

Marxismo analítico e classes sociais*

FABIEN TARRIT**

Toda a história passada, com exceção das origens, era a história de lutas de classes (Engels, 1880, p.135). Este enunciado foi frequentemente usado de maneira redutora para explicar todo fenômeno social sobre a base exclusiva das relações de classe, omitindo a interpenetração entre uma multiplicidade de elementos explicativos. As mutações econômicas e sociais que se operaram na escala mundial no decurso do quarto de século transcorrido revestem-se de vários aspectos, entre os quais as classes sociais. Inúmeras escolas de pensamento de ciências sociais usam a noção de classe, outras a negam distinguindo apenas classificações de renda, de estatuto, de poder. Em todo o caso, a noção de classe social não aparece em Marx como uma entidade fixa, mas é antes considerada na dinâmica do seu desenvolvimento, a saber, o conflito, o que pode explicar a relativa ausência de trabalhos explicitamente consagrados às classes, enquanto tais, em Marx.

É possível distinguir a utilização dessa noção em vários grupos de autores. Para autores marxistas, como Edward P. Thompson, as classes são um processo histórico e não podem ser discutidas formalmente. “*A classe operária não apareceu como o sol num dado momento*” (Thompson, 1963, p.13). A experiência de classe é determinada pelas relações de produção e, portanto, uma classe social definir-se-ia exclusivamente por homens que vivem sua história e a consciência de classe seria a concretização cultural das experiências.

* Versão modificada de artigo publicado em Jean-Marie Harribey, Matthieu Montalban (eds). *Pouvoir et crise du capital. Marx penseur du XXIe siècle*, Le Bord de l’Eau, 2012. Tradução de: Maria Leonor Loureiro.

** Professor de Economia na Université de Reims Champagne-Ardenne. E-mail: fabien.tarrit@univ-reims.fr.

Para autores não marxistas como Hindess e Hirst (1978), não existe correspondência necessária entre classes e política; as lutas políticas não assumem a forma de confronto entre as classes. Certos autores não marxistas estruturam as classes sociais em torno de categorias de distribuição sem referência à dominação. Por exemplo, num enfoque weberiano, as relações de dominação estão ausentes ou são de natureza secundária, e os grupos sociais estão estruturados em torno das categorias de distribuição. Tal enfoque conduz a um sistema de estratificação, distribuindo a população em estratos contínuos, no meio dos quais figura a “classe média”. Ele conduz a descrições empíricas e a uma análise estatística independentes do contexto histórico, e, portanto, a uma análise da diferenciação social separada da análise do conflito. Outros autores não marxistas estruturam as classes sociais em torno de categorias de dominação sem referência à distribuição. É o caso de Ralf Dahrendorf (1957), que define exclusivamente as classes em termos de poder ou de relações de autoridade. Ele critica as consequências da teoria de Weber sobre a teoria de Marx sem a rejeitar completamente: seu enfoque pode ser caracterizado como pluralismo objetivo, ou seja, muitos grupos são formados de maneira não arbitrária, gerados por relações objetivas. Ele critica a teoria de Marx como historicista por negligenciar as mudanças contínuas no cotidiano, e por ela ter pouco a ver com a experiência da história.

Diante desses questionamentos contraditórios, estudaremos, no âmbito da corrente do marxismo analítico, os trabalhos de Erik O. Wright, com um enfoque original em termos de posições de classe contraditórias, e sua interação com os de John Roemer e de Gerald A. Cohen. A marca em comum desses autores é terem tentado reconstruir o marxismo com a ajuda de ferramentas metodológicas tradicionalmente consideradas como contraditórias em relação ao marxismo.¹ No que a eles se refere, tentaremos lançar um olhar equilibrado sobre a evolução do conceito de classe social e sua operacionalidade, procurando considerar a transformação de classe como um aspecto da dinâmica interna do capitalismo. Estudaremos, num primeiro tempo, a reconstrução da teoria marxista das classes operada por Wright em torno do conceito das posições de classe contraditórias (I). Destacaremos depois em que essa leitura constitui uma aproximação com a sociologia não marxista (II). Constataremos como as ferramentas propostas por Wright se veem desenvolvidas por Roemer no âmbito do marxismo de escolha racional (III). Enfim, veremos, com os trabalhos de Cohen, como esse movimento se inscreve em preocupações normativas, e destacaremos os limites de tal enfoque (IV).

I – Classes médias e posições de classe contraditórias

As transformações da estrutura de classe das sociedades ocidentais, especialmente a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, levaram a interrogar a noção

¹ Sobre o marxismo analítico, ver Tarrit (2006).

de classe. Para responder à problemática da classe média (I.1), Erik Olin Wright propõe a noção de posição de classe contraditória (I.2).

I.1 – Mutações da estrutura social: a problemática da classe média

Muitos autores estimam que Marx não antecipou as consequências do desenvolvimento capitalista sobre a evolução da estrutura de classe. A estrutura das posições no sistema de produção estaria em perpétua transformação. Por conseguinte, o proletariado como grupo separado dos meios de produção ter-se-ia tornado distinto do proletariado como conjunto de trabalhadores produtivos. A consequência seria a existência de relações sociais indeterminadas em termos de classe.

Os problemas de conceptualização da estrutura de classe emergem principalmente, mesmo que não sejam de maneira exclusiva, do aparecimento de pessoas diversamente denominadas empregados assalariados, colarinhos brancos, operários intelectuais, trabalhadores de serviços, técnicos, “a nova classe média”. (Przeworski, 1977, p.361)²

Essa evolução constitui a base do programa de pesquisa de Erik Olin Wright. Ele é, antes de tudo, reconhecido por seus trabalhos sobre as classes sociais, em particular *Class, Crisis and the State* (1978), e sobretudo *Classes* (1985a), no qual estabeleceu o objetivo de preservar o conceito marxista de classe social, restituir-lhe o alcance explicativo, trazendo-lhe um novo conteúdo, para a seguir testá-lo empiricamente. Assim, ele interroga a centralidade do conceito de classe social mediante a dinâmica estrutural da relação entre capital e trabalho. Reformula a noção marxista de classe a fim de esclarecer o caráter diferenciado das estruturas de classe capitalistas contemporâneas, conservando a ideia marxista de polarização de classe. Ele pretende assim reafirmar a especificidade do conceito marxista de classe, ampliando a definição marxista de classe para além do processo de produção.

Não somente é possível considerar que as estruturas de classe determinam os limites elementares da possibilidade de formação das classes, da consciência de classe e da luta de classes, como elas constituem igualmente o determinante social mais fundamental dos limites das possibilidades dos outros aspectos da estrutura social. (Wright, 1985a, p.31)

Ele caracteriza a abordagem marxista das classes por meio de um conjunto de enunciados e estuda as interações entre os elementos ligando classe e profissão – formação das classes, formas das lutas de classes, estrutura de classe e estrutura profissional:

² Todas as citações extraídas de textos em inglês foram traduzidas pelo autor.

- A estrutura de classe impõe limites à formação de classe, à consciência de classe e à luta de classe;
- A estrutura de classe é a demarcação social central na mudança social;
- O conceito de classe é um conceito relacional;
- As relações sociais são mais antagonistas do que simétricas;
- A exploração é o fundamento objetivo dessas relações;
- A exploração funda-se nas relações sociais de produção.

Não pretendo que as estruturas de classe definam uma trajetória única de desenvolvimento social. O enunciado afirma, antes, que as estruturas de classe constituem as linhas de demarcação nas trajetórias de mudança social. Isso não implica teleologia segundo a qual existe um “destino final” rumo ao qual toda mudança social se desloca inexoravelmente. (Wright, 1985a, p.32)

Ele levanta a problemática da classe média, que serviu frequentemente de argumento contra os marxistas, e estima que estes últimos não trouxeram resposta satisfatória. Destaca quatro tipos de respostas diante dessa problemática:

- Ela consistiria numa ilusão ideológica, segundo um enfoque que ele caracteriza como o enfoque marxista tradicional – não o de Marx. Wright considera-o insuficiente por evitar o problema.
- Ela corresponderia ao segmento de uma outra classe (Poulantzas, 1971).
- Tratar-se-ia de uma nova classe (Gouldner, 1979).
- Ela está simultaneamente em várias classes, donde o aparecimento de posições de classe contraditórias (Wright, 1985a).

É essa última posição que ele teoriza. Notadamente, ele se pergunta se uma distinção do tipo “colarinhos brancos” e “colarinhos azuis” é interna à classe operária ou uma divisão fundamental entre as classes, e, logo, se ela constitui o fundamento para uma camada suplementar no seio da classe operária. Conclui daí que uma análise isolada da estrutura de classe é insuficiente para deduzir o desenvolvimento da luta de classes e a formação de classes. Ele estima que existem dois tipos de posições de classe não polarizadas:

- A pequena burguesia tradicional, nem exploradora nem explorada.
- As relações de exploração cruzadas, simultaneamente exploradores e explorados.

Por outro lado, ele estima que existe uma identificação extraestrutural que levaria a destacar a existência de divisões internas dentro da classe operária e a confundir as distinções de classe; divisões raciais, étnicas, linguísticas, religiosas, podem bem ser uma estratégia consciente da classe capitalista para dividir a classe operária.

I.2 – Teorização das posições de classe contraditórias

Essa mutação da estrutura de classe foi em particular teorizada por Wright (1985) como o aparecimento de posições de classe contraditórias. Para esse autor, que caracteriza seu enfoque como neomarxista (1985b), em oposição ao que ele estima ser o enfoque tradicional, a existência de posições de classe contraditórias obscurece as relações de classe e de exploração e destaca a possibilidade de existência de formas de exploração não capitalistas. Assim, existiriam várias formas de exploração além da exploração marxista típica, o que abre a possibilidade de ser ao mesmo tempo explorador e explorado. Pode-se tratar de exploração em termos de qualificação, em termos de organização, em termos de estatuto etc. Neste ponto ele se afasta da concepção marxista tradicional, segundo a qual toda forma de dominação se explica em termos de relações de produção, e aproxima-se de uma concepção weberiana.

Ele está em busca de um conceito adequado para a formação de classes com um método que caracteriza como antiempírico: os conceitos são coagidos pelas teorias nas quais eles funcionam, daí uma prioridade à coerência lógica. Seu objetivo é especificar e tornar operacional o conceito de classe na teoria marxista. Dentro desse quadro teórico ele tenta situar-se entre, de um lado, o economicismo e o essencialismo dos “guardiões do templo” da assim chamada ortodoxia marxista e, do outro, o relativismo e o subjetivismo de inúmeros críticos do marxismo. Ele considera que a concepção essencialista de um proletariado autenticamente revolucionário socialista, determinado por posições econômicas de classe, contraria a constatação de que a maioria da classe operária se desvia desse esquema. Ele estima que a definição das classes fundada exclusivamente sobre as relações sociais de produção não fornece uma base adequada à definição de classes específicas nesta ou naquela organização social da produção, na medida em que ela tenderia para um economicismo e um reducionismo de classe.

Wright não pretende apresentar o enunciado marxista, mas apenas um enunciado possível na tradição marxista. Ele conserva o critério fundamental segundo o qual a diferença entre as estruturas de classe está fundada sobre os mecanismos de apropriação do excedente. O critério de determinação da estrutura social toma a forma das relações de exploração que por natureza geram um conjunto de interesses contraditórios. A fim de especificar a maneira pela qual as relações constituem o mecanismo de exploração, ele destaca três dimensões essenciais e interdependentes das relações de produção:

- o controle sobre o capital monetário (o investimento);
- o controle sobre o capital físico (os meios de produção);
- o controle sobre o trabalho (o processo de produção).

O que quer que se pense dessa distinção, Wright afirma que o mecanismo capitalista de exploração repousa sobre a exclusão dos trabalhadores dessas três

relações e sua monopolização pelos capitalistas. As posições de classe estão fundadas sobre critérios empíricos e a exploração capitalista é a combinação dessas três dimensões. Num nível mais concreto, sendo o modo de produção capitalista puro uma abstração não imediatamente operacional, não coincidindo necessariamente as três dimensões precedentemente enunciadas, existiriam “*posições de classe contraditórias entre a burguesia e o proletariado*” (Wright, 1985a, p.97), das quais as principais são:

– *Os quadros*

Eles se situam entre a classe operária e a classe capitalista.

Controlam os trabalhadores e uma parte dos meios de produção, mas não controlam o processo de acumulação.

– *Os empregadores de pequenas e médias empresas*

Eles se situam entre a pequena burguesia e a classe capitalista.

Controlam o processo de produção e possuem os meios de produção, mas não controlam o processo de acumulação.

– *Os assalariados semiautônomos, como os engenheiros*

Situam-se entre a classe operária e a pequena burguesia.

Controlam somente alguns aspectos do processo de produção.

Nem todas as funções do capital são realizadas pelos capitalistas e as classes anteriormente descritas são mais contraditórias do que intermediárias, pois estão situadas em duas classes simultaneamente e partilham os interesses das duas, donde seu papel ambíguo na luta de classes.

Em vez de considerar todas as posições como situadas unicamente em classes particulares e tendo, portanto, um caráter de classe coerente por direito próprio, deveríamos considerar algumas delas como tendo potencialmente um caráter de classe múltiplo; elas podem estar simultaneamente em várias classes. (Wright, 1985a, p.97)

II – Para além de uma definição marxista das classes

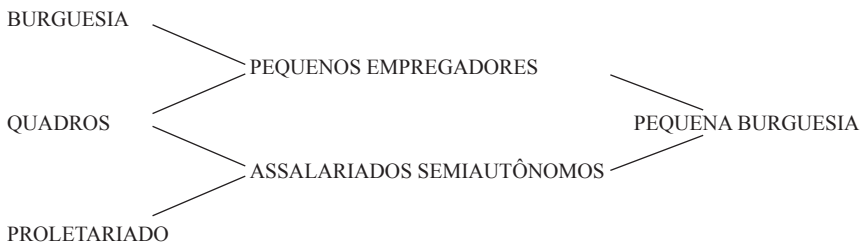
O enfoque de Wright inova ao aproximar o marxismo de uma sociologia não marxista, aproximando-se assim do de Max Weber (II.1). Está aquém da radicalidade da teoria de Marx (II.2).

II.1 – Classes e profissões: entre Marx e Weber

Wright separa as profissões, definidas como posições no interior de relações técnicas de produção, das classes, determinadas pelas relações sociais de produção. As organizações capitalistas são estruturadas por relações sociais e por relações técnicas. Todavia, ele não se associa a um enfoque do tipo do de Frank Parkin (1979), para o qual a estrutura de classe é fundamentalmente determinada pela

estrutura profissional. Ele distingue a estrutura de classe de uma tipologia de categorias profissionais. Por conseguinte, classe e profissão ocupam espaços teóricos fundamentalmente distintos. O objeto de sua pesquisa é estudar a relação empírica entre esses dois elementos, visando elaborar uma relação conceitual entre classe e profissão, e tentar apreender esse vínculo mediante o conceito de organização. As categorias socioprofissionais mais amplas comportam elementos de classe heterogêneos e as distribuições profissionais são variadas segundo as classes. As classes e as profissões são, portanto, aspectos qualitativamente diferentes na estrutura social. Wright pretende apresentar um modelo dialético e não somente estruturalista na medida em que a luta de classes pode transformar as condições da sua própria determinação.

Tipologia elementar



Este esquema tipológico de tipo weberiano faz de Marx um sociologismo, que reproduz o dualismo pré-marxista entre sujeito e objeto. O marxismo de Wright parece ser um marxismo sociologizado e é possível falar de uma lógica neoweberiana de estratificação social. Ele compartilha com Weber a noção das

“chances de vida” do indivíduo, trajetória global das possibilidades encontradas pelos indivíduos ao longo do ciclo de vida. (Wright, 1985a, p.144)

Tal enfoque inspira-se também no de Nicos Poulantzas, para quem as classes designam exclusivamente relações de exploração e de dominação, estando a classe operária restrita ao trabalho produtivo manual sem responsabilidade.

A classe operária não é delimitada por um simples critério negativo “em si” – sua exclusão das relações de propriedade – mas pelo trabalho produtivo. (Poulantzas, 1974, p.225)

Para Poulantzas, como para Nicolaus (1967) ou para Urry (1973), a determinação das classes é estrutural e os interesses de classe são objetivados. A forma da luta de classes é determinada por relações econômicas, ideológicas e políticas de uma situação histórica particular. Uma diferenciação dos níveis econômico,

ideológico e político o conduz a estabelecer categorias taxonômicas a fim de elaborar uma terminologia visando distinguir posições de classes na sua relação com o poder.

II.2 – A possibilidade de um marxismo reformista

A posição de Wright leva a embaralhar a distinção entre dominação e exploração. Ele se interessa mais pela distribuição do que pela produção, mais pelas relações de propriedade do que pelas relações de produção; funde as classes em grupos distribucionais, e nesse sentido tende para um enfoque que se pode qualificar de weberiano, e que não levaria suficientemente em conta as relações humanas. “A mais refinada tabela sociológica não poderia pôr em evidência um puro modelo de classe, não mais do que um puro modelo de deferência ou de amor. Essa relação deve sempre encarnar-se em homens e um contexto reais” (Thompson, 1963, p.13).

Para Thompson, uma classe não é algo dotado de existência real, definível em termos matemáticos, à qual é possível em seguida atribuir “*a consciência de classe que ‘ela’ deveria ter*” (Thompson, 1963, p.14). Uma classe social é uma relação e não uma coisa. Assim, uma definição clara e precisa de tal ou qual classe social traria mais confusão do que esclarecimento. “Não estamos em luta com os termos estáticos de uma equação algébrica, que pedem apenas para ser substituídos por números, mas com um processo dinâmico cuja marca é a transformação de setores da população” (Thompson, 1963, p.28).

Assim os estatutos, estratificações, seriam dogmas da sociologia “*burguesa*” que se delimitam por questionários e evitariam que os sociólogos refletissem sobre seu objeto de estudo. A diferença entre Marx e Weber repousa sobre o primado explicativo. Para Marx, a estrutura econômica é a principal força causal. Weber, como a sociologia não marxista em geral, defende um pluralismo causal que enfraquece a legibilidade dos conflitos de classe.

Wright especifica três níveis de abstração:

- o modo de produção – ele caracteriza uma estrutura de classe;
- a formação social – ela define alianças de classe;
- a conjuntura – ela determina a organização da produção.

Ele se distingue assim de Weber que não distingue modo de produção e formação social, visto que este último não considera o desenvolvimento histórico como trajetória das estruturas de classe. Por essa razão, ele considera que os efeitos das classes sobre a sociedade não devem ser limitados à luta de classes. Mais do que considerar que as lutas de classes determinam a mudança social, ele estima simplesmente que as classes são importantes para a mudança social. Os “novos movimentos sociais” são confrontados com obstáculos vinculados à estrutura de classe (os movimentos feministas, as lutas ambientalistas...), e que são impostos pelo poder de classe capitalista. Ele conclui daí que “As formas tradicionais da

luta de classes – o confronto direto entre os operários organizados e a classe capitalista – são menos centrais, para as políticas das democracias ocidentais, nos anos 1990, do que eram nos anos 1930 ou 1960” (Wright, 1997, p.120).

Por conseguinte, ele considera que uma análise estrutural, que deve permitir compreender o que é possível, deve ser completada com uma análise autônoma da cultura e da ideologia para compreender o que ocorre realmente. A leitura de Wright se inscreve no enfoque marxista analítico, e remete assim às de John Roemer e de Gerald A. Cohen.

III – As classes de John Roemer e o marxismo de escolha racional

John Roemer inscreve a análise das classes sociais no âmbito da teoria da escolha racional (III.1), o que leva a conceber a exploração em termos de teoria dos jogos (III.2).

III.1 – Classes e escolha racional: a marca de Roemer

Wright apoia-se explicitamente nos trabalhos de John Roemer, principalmente *A General Theory of Exploitation and Class* (1982), que considera a exploração como uma simples transferência de valor, não necessariamente de valor trabalho, podendo toda mercadoria constituir o objeto de exploração. Roemer redefiniu então a exploração segundo Marx, independentemente da teoria do valor trabalho. Ele compartilha essa posição especialmente com Steedman e Morishima. “Nossa formulação da exploração capitalista em termos de teoria dos jogos é incontestavelmente superior à formulação marxista em termos de mais-valia: ela é independente da teoria do valor trabalho” (Roemer, 1982, p.20).

Roemer embaralha cada vez mais a distinção entre Marx e Weber, ao rejeitar todo conteúdo estrutural em uma definição das classes. “No sentido técnico marxista do termo, a exploração não aparece com interesse positivo ou normativo direto” (Roemer, 1988, p.89).

Roemer propõe uma definição estrita das classes em termos de relações de propriedade, mediante o *princípio de correspondência classe-exploração*, segundo o qual, por um lado, todos os produtores que otimizam [os recursos] ao vender sua força de trabalho são explorados, por outro lado, todos os produtores que otimizam [os recursos] contratando a força de trabalho são exploradores. Um agente é, portanto, explorado se não puder obter uma cesta de bens que incorpore a quantidade de trabalho que ele realiza, e reciprocamente. No equilíbrio existem três grupos: exploradores, explorados, e uma zona “obscura” de neutralidade em relação à exploração. As causas institucionais da exploração não seriam a apropriação do trabalho, mas a existência de mercados concorrenciais e a propriedade diferencial dos meios de produção.

Um objetivo deste livro era demonstrar que os conceitos marxistas centrais de exploração e de classe não necessitam de lógica particular para sua construção.

Eles podem ser estudados num modelo de sistema de propriedade privada, com as ferramentas microeconômicas clássicas. (Roemer, 1982, p.172)

Uma interdependência estrita entre interesses de classe e estrutura de classe escamoteia as condições de emergência dos interesses de classe, e não permite, portanto, explicar as trajetórias históricas das lutas. Wright não explica o vínculo teórico entre as posições de classe individuais e a explicação dos fenômenos sociais. Sua lógica microssocial não lhe permite inferir uma análise na escala social senão pela agregação das unidades individuais. Ele explica os indivíduos pelas classes, mas não explica os fenômenos sociais pelas classes. Uma análise mais fina das classes seria possível com a ajuda da interpretação de Nicos Poulantzas (1974), que estabelece distinções potencialmente fracionais dentro das classes sociais. Mas é de fato verdade que Poulantzas, como Wright, propõe uma concepção estática e determinista da relação entre estrutura e consciência, próxima da sociologia comportamental, que não consegue dar conta das articulações complexas, e por vezes dialéticas, entre realidade objetiva e expressão subjetiva. Esse enfoque realiza um casamento improvável entre individualismo e estruturalismo.

III.2 – Roemer e a exploração: teoria dos jogos e a-historicidade

John Roemer considerava os países ditos socialistas como uma anomalia na teoria marxista e ele se pergunta como ela pode explicar os fenômenos de classe aparentes e o comportamento político desses países. Para Roemer, o conceito de exploração é um modo particular de análise das desigualdades; é uma relação causal entre as rendas dos agentes econômicos. Ele permite analisar o processo de opressão econômica, não constituindo a apropriação do excedente uma implicação central. A teoria dos jogos e a formalização constituem, segundo ele, as ferramentas adequadas para essa análise. Ela repousa sobre uma condenação da teoria do valor trabalho, que ele estima errada para a análise da troca e inútil para a exploração capitalista. “Um objetivo da minha análise é mostrar que aqueles que se interessam pelas ideias políticas e sociais destacadas pelo marxismo não deveriam seguir a via escusa e enganadora da teoria do valor trabalho” (Roemer, 1988, p.9).

Roemer tenta demonstrar que a exploração existe, não na natureza mesma, mas porque os capitalistas trabalham menos do que o tempo de trabalho socialmente necessário,³ ao passo que os operários e os camponeses trabalham mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário. Nessa economia, não há exploração no sentido marxista, pois cada um trabalha para si. Logo, pode-se descrever uma exploração sem troca de trabalho nem acumulação de riquezas, nem produção de

3 “É o tempo de trabalho requerido para produzir, em condições sociais médias de produção, a quantidade total exigida pela sociedade de uma espécie de mercadoria que se encontra no mercado” (Marx, 1978c, tomo III, p.33).

excedente, nem transferência de mais-valia, sem relação de classe e o “objetivo [de Roemer] é construir um modelo tal que as classes sejam determinadas de maneira endógena por otimização individual” (1982, p.110-1). A situação de um proletariado é assim ótima para ele, levando em conta suas dotações iniciais, em termos de propriedade dos recursos produtivos, e pelo fato de que não lhe é concebível obter uma situação melhor. A questão da exploração é redutível a uma questão de riqueza individual. “Se a riqueza de x for superior a um certo montante, então x é um explorador; se a riqueza de x for inferior a um certo montante, então x é um explorado” (ibid., p.123).

Assim, como teoriza Adam Przeworski, se a transição para o socialismo implicar uma deterioração, ainda que temporária, do bem-estar dos trabalhadores e se esses trabalhadores tiverem a opção de melhorar suas condições materiais cooperando com os capitalistas, então a orientação socialista não pode ser deduzida dos interesses materiais dos trabalhadores.

Um capitalismo que se desenvolve de maneira enérgica e no qual os trabalhadores podem razoavelmente esperar beneficiar-se da exploração passada é a melhor situação possível para os trabalhadores, assim como para os capitalistas. É precisamente nisso que consiste a luta pela melhoria das condições materiais no capitalismo. Não é uma luta pelo socialismo. (Przeworski, 1980, p.146)

Na medida em que esses autores estimam que a polarização de classe corresponde à polarização entre capitalismo e socialismo, o desenvolvimento de posições de classe contraditórias obscurece a polarização entre capitalismo e socialismo.

[O] objetivo prático da luta de classes não é esmagar a classe capitalista, mas criar um compromisso viável com o capital. [...] A fim de estabelecer um compromisso de classe, os trabalhadores devem ser capazes de fornecer à burguesia uma força de trabalho bem coordenada e disciplinada. (Wright, 1997, p.114-5)

Seria, portanto possível abolir a exploração capitalista no âmbito do capitalismo, e daí a possibilidade de um socialismo de mercado. Um socialismo inteiramente desprovido de mercado não é uma forma de economia estável e válida, e em todos os casos, é improvável que seja compatível com as instituições democráticas (Wright, 1997, p.103).

Segundo as regras de apropriação e o principal bem desigualmente distribuído, John Roemer define quatro situações de exploração, que se diferenciam de acordo com as regras de apropriação.

- A exploração feudal está assente na propriedade desigual da força de trabalho.
- A exploração capitalista repousa sobre a propriedade desigual dos bens alienáveis, ou seja, os meios de produção.

- A exploração estatuto *ou* exploração organização, que corresponde ao socialismo burocrático de Estado, funda-se numa propriedade desigual do processo de apropriação planejada.
- A exploração socialista consiste numa propriedade desigual das qualificações, detendo os peritos a maior parte delas.

Esse enfoque repousa sobre a apresentação do materialismo histórico por Gerald A. Cohen (1978), que considera que o desenvolvimento das forças produtivas determina a trajetória histórica necessária de todo modo de produção. “Toda transição revolucionária realiza a tarefa histórica de eliminar a forma de exploração correspondente” (Roemer, 1982, p.21).

Wright estima que a obra de Roemer estabelece um esplêndido fundamento para o estudo empírico e para a elaboração conceitual da estrutura de classe, e que ela constitui um impulso rigoroso para uma estrutura de classes contraditória. Num manuscrito não publicado (Wright, 1985b), ele admite “uma aproximação prolongada com o trabalho teórico do economista John Roemer”. É sobre essa base que Wright constitui uma tipologia das estruturas de classe:

Tipos de estrutura de classe	Principal bem desigualmente distribuído	Mecanismo de exploração	Classes	Posição de classe contraditória	Tarefa central da transformação revolucionária
FEUDALISMO	Força de trabalho	Extração coerciva do sobretrabalho	Senhores e servos	Burgueses	Aquisição da liberdade individual
CAPITALISMO	Meios de produção	Troca mercantil de força de trabalho e de mercadorias	Capitalistas e operários	Quadros burocráticos	Socialização dos meios de produção
SOCIALISMO BUROCRÁTICO DE ESTADO	Organização	Apropriação planejada e distribuição do excedente sobre uma base hierárquica	Quadros burocráticos e não quadros	Peritos	Democratização do controle organizacional
SOCIALISMO	Qualificação	Redistribuição negociada do excedente dos operários aos peritos	Peritos e operários		Igualdade real

Assim, uma alternativa potencial ao capitalismo é colocada por outras formas de classe: os capitalistas teriam um interesse objetivo no capitalismo, as classes

médias no socialismo burocrático, a classe operária no socialismo. Três desafios são colocados a Marx, cuja teoria da história é desarticulada:

- O socialismo não é necessariamente o futuro da humanidade
- O proletariado não é o único portador da revolução
- O socialismo conduz à exploração

As classes são substituídas por indivíduos, a abstração histórica é substituída pela teoria dos jogos, as relações de produção são substituídas pelas categorias profissionais, a dialética marxista é substituída por um determinismo, o interesse na mudança social pela consciência individual. É verdade que a teoria dos jogos pode explicar certos comportamentos individuais, mas não as leis do movimento da sociedade. A especificidade conceitual e metodológica do marxismo é submergida nas abstrações áridas da teoria dos jogos. “Uma classe é um grupo de pessoas que, em função do que possuem, são obrigadas a empenhar-se em certas atividades para fazer o melhor uso de sua dotação” (Elster, 1986, p.147).

Assim, Roemer estima que as razões pelas quais Marx dá centralidade à força de trabalho não são científicas, mas políticas e normativas.

É certo que o materialismo histórico nos impele a construir uma teoria que considera que os povos são explorados, e não o milho, como programa de pesquisa mais eficaz. (Roemer, 1982, p.284)

Se a exploração do trabalhador é um conceito importante, é por razões normativas – por ser um indicador de injustiça – e não porque a exploração da força de trabalho é a única fonte de lucro. (Roemer, 1988, p.54)

É interessante notar que os enfoques de Roemer e Wright, que teorizam o aparecimento de novas divisões de classe, conduzem alguns autores, especialmente Philippe Van Parijs (1987), a levantar a hipótese segundo a qual a luta de classes poderia ocorrer entre empregados estáveis por um lado e desempregados e empregados precários, por outro. Esse enfoque inscreve-se na lógica dos *insiders/outsiders*,⁴ segundo a qual os empregadores têm uma propensão mais acentuada a pagar salários elevados aos *insiders* do que a pagar salários, mesmo baixos, aos *outsiders*, o que leva a manter um certo nível de desemprego involuntário, servindo para manter um exército de reserva industrial. Assim, Van Parijs considera que mudanças de estrutura de classe levam a reavaliar a luta de classes e a deslocá-la de uma luta entre capitalistas e proletários para uma luta entre, de um lado, trabalhadores estáveis e, do outro, desempregados e trabalhadores instáveis. Evidentemente, é totalmente possível conflitos entre diferentes setores do proletariado, como em todos os momentos no interior de diversas classes sociais, mas não é menos verdade que, se ela for considerada do ponto de vista da extração

4 Ver Solow (1985, p.411-28); Lindbeck; Snower (1986, p.235-9).

de valor, esse deslocamento leva a obscurecer as relações de exploração, no sentido em que os trabalhadores estáveis, tanto quanto os trabalhadores instáveis e os desempregados, definem seu estatuto de classe em si por sua relação com os meios de produção, e ambos, afastados da propriedade dos meios de produção e somente detentores de sua força de trabalho, são proletários e logo submetidos à exploração.

IV – Da estrutura à norma: a necessidade de um enfoque dialético

Outro ângulo do enfoque marxista analítico, o aspecto filosófico, é trazido por Gerald A. Cohen, para o qual a mutação da estrutura de classe leva a se colocar questões normativas (IV.1), o que nos fará levantar a questão de uma definição estrutural das classes (IV.2).

IV.1 – Heterogeneidade das classes e normatividade

Gerald A. Cohen estima que a modificação da estrutura de classe das sociedades capitalistas desde o início dos anos 1980 não permite mais evidenciar um grupo social específico portador da mudança social, e desembocou na exigência de trazer respostas normativas a esse novo contexto. A tendência para uma maior heterogeneidade e uma diminuição do grau de polarização – diminuição do número de operários em sentido estrito, desenvolvimento da pequena burguesia, modificação das estruturas de qualificação, enfraquecimento do movimento operário... – teria levado à necessidade de colocar questões éticas, de trazer respostas normativas a esse novo contexto.

As questões sobre a base e a superestrutura, sobre as forças e as relações de produção [...] ocuparam-me durante cerca de vinte anos, antes que meus interesses se voltassem de maneira decisiva para a filosofia moral e política. Penso [...] que nossa mudança de preocupação se explica pelas mudanças profundas da estrutura de classe das sociedades capitalistas ocidentais, mudanças que levantam problemas normativos que não existiam antes, ou melhor, que tinham uma fraca significação política. Esses problemas têm agora uma forte significação política. (Cohen, 1990, p.363)

Cohen estima que a transformação da estrutura de classe é mais importante do que a queda do mundo socialista para explicar o recuo do pensamento crítico. Ele considera, portanto, que a estrutura de classe das sociedades capitalistas atuais não permite mais evidenciar um grupo social que tenha, ao mesmo tempo, uma capacidade para a mudança social, quer dizer, que seja majoritário na sociedade e produtor das riquezas, e um interesse pela mudança social, quer dizer, que seja explorado e necessitado.

Seja qual for a medida que se escolher aplicar as etiquetas amplamente contestadas de “classe operária” e de “proletariado”, não existe hoje nas sociedades industriais

avançadas nenhum grupo que reúna as quatro características consistindo em : (1) ser os produtores dos quais depende a sociedade, (2) ser explorado, (3) constituir (incluindo suas famílias) a maioria da sociedade e (4) sofrer de uma terrível necessidade. (Cohen, 2000a, p.217)

Por conseguinte, ele se interroga: “Em termos práticos, quais são as implicações do fato que a classe operária na sociedade capitalista avançada não é mais o que era ou o que antigamente se pensou que ela fosse?” (Cohen, 2000b, p.xii).

Uma resposta lhe foi trazida por John Roemer. Ele apresenta uma crítica normativa da exploração, necessária a seu ver na ausência de critério objetivo. “O vínculo entre materialismo histórico como determinismo tecnológico e materialismo histórico como luta de classe entre exploradores e explorados deve ser clarificado por uma sociologia da injustiça” (Roemer, 1982, p.394).

A subjetividade substitui a análise científica:

Escolhi concentrar-me na questão da equidade, em detrimento de uma análise da eficácia, porque acredito que são as percepções e as ideias sobre a justiça que estão no centro do apoio ou da oposição da população a um sistema econômico. (Roemer, 1988, p.3)

Assim, a exigência da transformação social não passaria mais pela resolução de contradições estruturais, mas pela resposta a questões de justiça social.

IV.2 – Os limites de uma definição estrutural – posição nas relações de produção classe *em si/para si*

A classe possuidora e a classe proletária representam a mesma alienação humana. Mas a primeira sente-se à vontade nessa alienação; encontra aí uma confirmação, reconhece nessa alienação de si seu próprio poder, e possui nela a aparência de uma existência humana; a segunda sente-se aniquilada nessa alienação, vê aí sua impotência e a realidade de uma existência desumana. (Marx, 1844, p.47)

Para Marx, as características humanas são poderes e os poderes são capacidades de produzir. No modo de produção capitalista, a propriedade é aquilo que é produzido, logo, ter propriedades equivale a criar a propriedade. O trabalhador cria a propriedade, mediante seu ato de produtor – de maneira alienada – ele tem, portanto, propriedades, as de criador – de maneira deformada. O capitalista, como simples detentor de propriedade, não tem propriedades. Não tem, portanto, a propriedade que detém, pois ter uma coisa equivale a estar em contato íntimo com ela. Logo, o capitalista é um possuidor fingido – ele não é criador, logo não é real possuidor – e o trabalhador é um criador degenerado. Cada homem é, portanto, dominado por uma coisa, o capital: a máquina para uns – proletários –, o dinheiro para os outros – capitalistas. A definição que Erik Wright e John Roemer dão das

classes sociais não se demora sobre a existência das classes como força social organizada, ou seja, sobre a distinção entre uma classe em si e uma classe para si. “O termo ‘classe social’, tomado no seu verdadeiro sentido, nunca designou um conjunto preciso de indivíduos, mas antes um processo social em movimento” (Braverman, 1974, p.28).

Não existiriam interesses próprios a uma estrutura econômica e a distinção entre classe em si e classe para si é rejeitada. Uma classe *em si* designa posições estruturais dentro de relações sociais de produção – *classes nas organizações*. Uma classe *para si* se refere a classes organizadas como forças sociais – *organização nas classes*. Cohen propõe uma definição estrutural das classes como realidade objetiva. “A classe de uma pessoa é estabelecida apenas por sua posição objetiva na rede das relações de propriedade” (Cohen, 1978, p.73).

Todavia, ele admite a distinção entre classe em si e para si na medida em que existe uma expressão subjetiva, classe para si, na forma política ou cultural da identidade de classe, mas considera que as lutas políticas, a consciência, a cultura não são constitutivas das estruturas de classe, mas são seus sintomas, expressões e até mesmo efeitos necessários. Nós consideramos que as classes são formadas no curso de lutas estruturadas pelas condições objetivas (econômicas, políticas, ideológicas) que, por sua vez, formam os movimentos de organização dos trabalhadores em classe. Trata-se de uma questão simultaneamente teórica e política. As classes não estão dadas antes da história das lutas concretas, e a realidade social não aparece diretamente aos nossos sentidos (ver Kamolnick, 1988). É mediante a ideologia que a população toma consciência das relações sociais. Enfim, as ações são oriundas de processos de persuasão e de organização por forças ideológicas e políticas. O marxismo não é unicamente uma teoria da estrutura de classe, mas também da formação de classe e da mudança social. Portanto, as estruturas de classe são uma parte da explicação das coerções.

Conclusão

Em resposta a uma questão central das sociedades de classe contemporâneas, a saber, o aparente enfraquecimento da polarização entre classes sociais, Erik O. Wright tentou preservar a concepção marxista das classes sociais. Esse enfoque, casando a ciência social de Marx com a sociologia weberiana, é um complemento aos trabalhos de John Roemer, que inscreve os conceitos marxistas num âmbito individualista metodológico. Por não fixarem suficientemente seu enfoque no processo histórico, os marxistas analíticos, especialmente Erik O. Wright, parecem reunir as duas aparentes extremidades do campo teórico das ciências sociais, a saber, de um lado, um materialismo estruturalista de tipo althusseriano tal como originalmente defendido por Wright, e do outro, as abstrações do individualismo metodológico reivindicado por John Roemer, ao qual Wright se associou progressivamente. Dissociando assim a análise da estrutura social da teoria da história, tal como apresentada e depois revisada por Gerald A. Cohen, estes últimos

apresentam um marxismo sociologizado de uma operacionalidade limitada em termos de análise das transformações sociais e estruturais, e em termos de ação no campo da transformação social.

Referências bibliográficas

- BRAVERMAN, H. *Travail et capitalisme monopoliste. La dégradation du travail au XX^e siècle*, Paris: Maspéro, 1976 [1974].
- CHAVANCE, B. et al. *Marx en perspective*. Paris: EHESS, 1985.
- COHEN, G. Marxism and Contemporary Political Philosophy, or: Why Nozick Exercises some Marxists more than he does any Egalitarian Liberals. *Canadian Journal of Philosophy*, 1990, supl. 16, p.363-387.
- _____. *Si tu es pour l'égalité, pourquoi es-tu si riche?* Paris: Hermann, 2010 [2000a].
- _____. Introduction to the 2000 Edition: Reflections on Analytical Marxism. In: *Karl Marx's Theory of History: a Defence*. Expanded Edition. Princeton: Princeton University Press, 2000b.
- DAHRENDORF, R. *Classes et conflits de classes dans la société industrielle*. Paris: Mouton, 1972 [1957].
- ELSTER, J. Three Challenges to Class. In: ROEMER, J. et al. *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- ENGELS, F. *Socialisme utopique et socialisme scientifique*. Paris: Editions Sociales, 1973 [1880].
- GOULDNER, A. *The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class*. New York: Seabury Press, 1979.
- HINDESS, B.; HIRST, P. Classes and Politics in Marxist Theory. In: LITTLEJOHN, G. et al. *Power and the State*. London: Croom Helm, 1978, p.72-97.
- KAMOLNICK, P. *Classes: A Marxist Critique*. New York: General Hal, 1988.
- LINDBECK, A.; SNOWER, D. J. Wage-setting, unemployment, and insider-outsider relations. *American Economic Review*, v.76, n.2, 1986.
- LITTLEJOHN, G. et al. *Power and the State*. London: Croom Helm, 1978.
- MARX, K. *La Sainte Famille*. Paris: Editions Sociales, 1969 [1844].
- _____. *Le capital*. v.3. Paris: Éditions Sociales, 1978 [1894], 3 vol.
- NICOLAUS, M. Proletariat and middle class in Marx: hegelian choreography and the capitalist dialectic. *Studies on the left*, 1967, 7, p.22-49.
- PARKIN, F. *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*. London: Tavistock, 1979.
- POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspéro, 1971.
- _____. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Seuil, 1974.
- PRZEWORSKI, A. Proletariat into class: the process of class formation from Karl Kautsky's, *The Class Struggle* to recent controversies. *Politics & Society*, 1977, 7(4), p.343-401.
- _____. Material interests, class compromise, and the transition to socialism. *Politics and Society*, 1980, 10(1), p.125-153.
- ROEMER, J. *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

- ROEMER, J. *Free to Lose: An Introduction to Marxist Economic Philosophy*. London: Radius, 1988.
- ROEMER, J. et al. *Analytical Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SOLOW, R. Insiders and Outsiders in Wage Determination. *Scandinavian Journal of Economics*, v.87, 1985.
- TARRIT, F. A brief history, scope and peculiarities of “analytical marxism”. *Review of Radical Political Economics*, 2006, 38(4), p.595-618.
- THOMPSON, E. P. *La formation de la classe ouvrière anglaise*. Paris: Seuil, 1988 [1963].
- URRY, J. Towards a structural theory of the middle class. *Acta Sociologica*, 1973, 16(3), p.175-187.
- VAN PARIJS, P. A revolution in class theory. *Politics and Society*, 1987, 15, p.453-482.
- WRIGHT, E. O. *Class, Crisis and the State*. London: New Left Books, 1978.
- _____. *Classes*. London: Verso, 1985a.
- _____. What is marxist and what is neo in neo-marxist class analysis? In: CHAVANCE, B. et al. *Marx en perspective*. Paris: EHESS, 1985b, p.231-250.
- _____. Reflections in socialism, capitalism and marxism: an interview. *Imprints: a Journal of Analytical Socialism*, 1997, 2(2), p.100-122.

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar o alcance e limites da (re)construção da teoria marxista das classes sociais empreendida por vários autores oriundos da corrente do marxismo analítico. Esses trabalhos fundamentam-se numa utilização de ferramentas metodológicas não marxistas com vistas a articular os enunciados marxistas (especialmente estratificação social e individualismo metodológico). Apresentamos e discutimos principalmente os trabalhos de Erik O. Wright, mas igualmente de John Roemer e de G. A. Cohen a fim de extrair uma posição marxista analítica sobre as classes sociais, e os confrontamos com uma leitura que julgamos mais em fase com a leitura de Marx.

Palavras-chave: posições de classe contraditórias, estratificação social, profissões, exploração, teoria dos jogos.

Abstract

The aim of this paper is to present the scope and limits of the (re)construction of the Marxist theory of social classes undertaken by several authors of the Analytical Marxism current. These works are based on the use of non-Marxist methodological tools, especially social stratification and methodological individualism. We discuss mainly the works of Erik O. Wright, John Roemer and G. A. Cohen in order to extract an Analytical Marxist position on social classes.

Keywords: class positions, professions, social stratification, exploration, game theory.